

Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

2



Anna Paula Lombardi
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Anna Paula Lombardi

(Organizadora)

**Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas
2**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-050-6

DOI 10.22533/at.ed.506191601

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Espaço urbano. 3. Patrimônio cultural. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 2, apresenta 24 capítulos sobre os aspectos relevantes do espaço urbano das cidades brasileiras apresentando uma diversidade de pressuposições. Os capítulos exibem a preocupação em relatar as particularidades de caráter social, econômico, político e cultural sob as diferentes perspectivas dos autores que disponibilizaram seus estudos nesta obra.

Os capítulos se dedicam a apresentar estudos atuais como as cidades inteligentes e o potencial para desenvolvimento urbano, o direito a cidade e a crise do capital, sustentabilidade nas cidades, as comunidades tradicionais e as suas distinções culturais no campo, representações sociais nas cidades e o Patrimônio histórico com significados normativos e sociais no espaço urbano.

Neste volume, os capítulos apresentam uma riqueza de detalhes e peculiaridades do espaço urbano e suas pressuposições. A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SMART CITIES NO BRASIL - REALIDADE OU AINDA SONHO?	
<i>Patrícia Pacheco Alves de Oliveira</i>	
<i>Hugo Bona de Carvalho</i>	
<i>Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916011	
CAPÍTULO 2	13
CITY MARKETING, TURISMO E IDENTIDADE: ENTRE A PERCEPÇÃO E A POTENCIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DA VILA DE PARANAÍACABA	
<i>Fernanda Figueiredo D'Agostini</i>	
<i>Tania Cristina Bordon Miotto Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916012	
CAPÍTULO 3	24
O DIREITO À CIDADE NO PROJETO ORLA	
<i>Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares</i>	
<i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916013	
CAPÍTULO 4	37
A CRISE DO CAPITAL E A NEGAÇÃO DO DIREITO À CIDADE	
<i>Rayssa Bernardino de Lacerda</i>	
<i>Maria de Lourdes Soares</i>	
<i>Edna Tânia Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916014	
CAPÍTULO 5	47
RELAÇÕES HUMANAS E SUSTENTABILIDADE SOCIAL: A REALIDADE DAS CIDADES	
<i>Elisangela Artmann Bortolini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916015	
CAPÍTULO 6	60
IMPACTOS TERRITORIAIS NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE MANGUINHOS (SERRA/ES): UM ESTUDO DE CASO	
<i>Pauliane Gonçalves Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916016	
CAPÍTULO 7	84
PRODUZIR CONVENCIONALMENTE OU INOVAR? O MAPA DA ACEITAÇÃO: A SUBJETIVIDADE EM JOGO - ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE DIAMANTE D' OESTE PARANÁ	
<i>Andre Luiz de Souza</i>	
<i>Miguel Ângelo Lazzaretti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5061916017	

CAPÍTULO 897

POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: SINGULARIDADE DA EXISTÊNCIA E CONFLITOS COM O AGRONEGÓCIO

Anatália Daiane de Oliveira Ramos
Cristiano Apolucena Cabral
Eva Emilia Freire do Nascimento Azevedo
Edson Caetano

DOI 10.22533/at.ed.5061916018

CAPÍTULO 9 109

MESSIANISMO E CANGAÇO DESVENDADOS EM VERSO E PROSA

Dora Vianna Vasconcellos

DOI 10.22533/at.ed.5061916019

CAPÍTULO 10 120

NOS RASTOS DA FEIRA INTERNA E EXTERNA

Thiago Oliveira da Silva
Anderson Przybyszewski Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160110

CAPÍTULO 11 129

DA ILHA A METRÓPOLE: PARTICULARIDADES E CONSEQUÊNCIAS DE UM PERCURSO CERCADO DE PERSPECTIVAS, DESILUSÕES E DISTINTAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Clícia Danielly Barbosa Alcântara
David das Neves Aires
Maria Lúcia Dias Gaspar Garcia

DOI 10.22533/at.ed.50619160111

CAPÍTULO 12 140

CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO SOCIAL: ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES CONTRÁRIAS À MINERAÇÃO DE OURO EM PARACATU, MG

Luís Fernando Silva Andrade
André Luiz de Paiva
Valderí de Castro Alcântara
Flávia Luciana Naves Mafra

DOI 10.22533/at.ed.50619160112

CAPÍTULO 13 159

O CENÁRIO HABITACIONAL E SUA REPERCUSSÃO NA VIDA DO IDOSO BRASILEIRO

Eleusy Natália Miguel
Simone Caldas Tavares Mafra

DOI 10.22533/at.ed.50619160113

CAPÍTULO 14 170

A JUDICIALIZAÇÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA: QUILOMBO BOA VIDA MATA CAVALO

Elen Carolina Martins
Marluce Aparecida Souza e Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160114

CAPÍTULO 15..... 185

ESTRATÉGIAS DE PESQUISA DOCUMENTAL EM RUAS COMERCIAIS DE INTERESSE HISTÓRICO: O CASO DA AVENIDA DUQUE DE CAXIAS EM LONDRINA-PR

Eloisa R. Ribeiro Rodrigues

Elisa Roberta Zanon

Letícia Cabrera

DOI 10.22533/at.ed.50619160115

CAPÍTULO 16..... 202

O MERCADO IMOBILIÁRIO COMO DOCUMENTO: O CASO DO APARTAMENTO CONTEMPORÂNEO DO SÉCULO XXI NA CIDADE DE SÃO PAULO

Gabriela Tiemi Minagawa Yokota

Sandra Regina Casagrande de Moraes

DOI 10.22533/at.ed.50619160116

CAPÍTULO 17 221

BOA ESPERANÇA ONTEM E HOJE: A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE FURNAS.

João Paulo Chagas Maia Vilela

Mauro Santoro Campello

DOI 10.22533/at.ed.50619160117

CAPÍTULO 18..... 237

IMAGEM E ARQUITETURA: DIÁLOGOS ENTRE IDENTIDADE E MEMÓRIA SOCIAL NAS PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS EM PALMAS – TO

Thiago Henrique Omena

Bruna Coelho Alves Meneses

Estéfani Marx

Lourranny Parente Silva

DOI 10.22533/at.ed.50619160118

CAPÍTULO 19 253

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO: DOCUMENTO E INSTRUMENTO DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

Claudiana Cruz dos Anjos

DOI 10.22533/at.ed.50619160119

CAPÍTULO 20 270

MOTIVOS PARA INVENTARIAR O INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ASSIS BRASIL – 1942, NA CIDADE DE PELOTAS/RS

Lisiê Kremer Cabral

Ana Lúcia Costa de Oliveiras

DOI 10.22533/at.ed.50619160120

CAPÍTULO 21..... 282

A RESSIGNIFICAÇÃO SOCIAL DO USO DO ESPAÇO PÚBLICO REVITALIZADO

Ana Estela Vaz Xavier

Marina Xavier Carpena

DOI 10.22533/at.ed.50619160121

CAPÍTULO 22	297
O PATRIMÔNIO URBANO E ARQUITETÔNICO DA PEQUENA CIDADE DO OESTE PAULISTA: DA PERCEPÇÃO DO LUGAR PRATICADO AO PROJETO DE INTERVENÇÃO	
<i>Hélio Hirao</i>	
<i>Matheus Alcântara Silva Chaparim</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160122	
CAPÍTULO 23	308
AS FONTES DOCUMENTAIS PARA CONHECIMENTO E ENTENDIMENTO DA CIDADE: A LEITURA DA MORFOLOGIA URBANA DA RUA MARECHAL DEODORO ATRAVÉS DOS INSTRUMENTOS NORMATIVOS / LEGISLATIVOS - JUIZ DE FORA/MG	
<i>Daniel de Almeida Moratori</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160123	
CAPÍTULO 24	321
A VERTICALIZAÇÃO E ESPRAIAMENTO HORIZONTAL COMO RESULTADO DA ATUAL CONFIGURAÇÃO URBANA DA CIDADE DE TERESINA-PI	
<i>Giesse Monteiro Alves de Andrade</i>	
<i>Gustavo Borges Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50619160124	
SOBRE A ORGANIZADORA	335

PRODUZIR CONVENCIONALMENTE OU INOVAR? O MAPA DA ACEITAÇÃO: A SUBJETIVIDADE EM JOGO - ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO ANDER RODOLFO HENRIQUE DIAMANTE D´OESTE PARANÁ

Andre Luiz de Souza

Instituto Federal do Paraná (IFPR)

Palmas – PR

Miguel Ângelo Lazzaretti

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo - PR

RESUMO: Este artigo sumariza alguns dos resultados obtidos na pesquisa de mestrado (SOUZA, 2017), desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Toledo-PR. O problema que impeliu a pesquisa centralizou-se nas práticas agroecológicas em áreas de assentamentos rurais da reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Partindo desse ponto, objetivou-se analisar o processo de condicionamento das famílias camponesas assentadas na construção de um Projeto de Desenvolvimento de Assentamento Sustentável (PDA) em bases agroecológicas. Nesse intuito, analisamos o processo de ruptura e de descontinuidade da matriz tecnológica em Agroecologia e, posteriormente, a descontinuidade do PDA Agroecológico em um assentamento, localizado em Diamante D'Oeste -PR. Ao nos inserirmos nesse universo de pesquisa, cotejamos a distância das representações objetivas e subjetivas dos

assentados e dos organizadores com relação à Agroecologia. Para que os dados fossem gerados, utilizamos questionários e entrevistas com 46 famílias de assentados. Para analisá-los, recorremos a um amplo arcabouço teórico que discutiu tanto a questão da Agroecologia quanto a questão agrária. Os resultados nos mostraram que as famílias optaram pela Agroecologia porque foram condicionadas (uma dívida moral) a uma matriz tecnológica de agricultura sustentável de “cima para baixo” que não fora bem aceita, levando a um desencantamento do modelo agroecológico e ao rompimento do regime interno da matriz agroecológica.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia, Assentamento rural, Reforma Agrária, Dívida Moral.

ABSTRACT: This article summarizes some of the results obtained in the master's research (SOUZA, 2017), developed in the Post-Graduate Program in Social Sciences, at the State University of the West of Paraná, Toledo-PR Campus. The problem that motivated the research centered on agroecological practices in areas of rural settlements of agrarian reform of the Landless Workers' Movement (MST). From this point on, the objective was to analyze the process of conditioning peasant families based on the construction of a Sustainable Settlement

Development Project (PDA) on an agroecological basis. In this sense, we analyzed the process of rupture and discontinuity of the technological matrix in Agroecology and later the discontinuity of the Agroecological PDA in a settlement, located in Diamante D'Oeste-PR. Entering this universe of research, we compared the distance of the objective and subjective representations of the settlers and the organizers in relation to Agroecology. In order to produce the data, we used questionnaires and interviews with 46 families of settlers. To analyze them, we used a broad theoretical framework that discusses both the issue of Agroecology and the agrarian question. The results showed that the families chose Agroecology because (a moral debt) a technological matrix of sustainable agriculture from “top down” was imposed to them, which was not well accepted, leading to a disappointment with the agroecological model and to the rupture of the internal regime of the agroecological matrix.

KEYWORDS: Agroecology, Rural Settlement, Agrarian Reform, Moral Debt

1 | INTRODUÇÃO

Este capítulo retoma dados e resultados importantes de uma pesquisa (SOUZA, 2017), no âmbito da Pós-Graduação, que foi desenvolvida junto a um assentamento de famílias que desempenhavam atividades voltadas à sustentabilidade, tendo como delimitação temática as práticas agroecológicas em áreas de reforma agrária no assentamento Ander Rodolfo Henrique, localizado em Diamante D'Oeste, no Paraná. Apresentamos um referencial teórico que problematizou as tentativas sustentáveis e de desenvolvimento de uma agricultura sem o uso de agrotóxicos. Tal problemática teórica, no quando dos movimentos sociais, tem levantado inúmeros debates e controvérsias sobre a base epistemológica da Agroecologia.

No entanto, a problemática socioambiental tem orientado a internacionalização de novos valores e princípios que norteiam uma nova racionalidade produtiva sobre bases de sustentabilidade e equidade social. Nesse sentido, práticas agroecológicas, em áreas de reforma agrária, estão sendo desenvolvidas e implantadas nos assentamentos rurais.

Em sua pesquisa de mestrado, Souza (2017) lançou um olhar para esse espaço a fim de compreender o processo de construção das práticas agroecológicas e também o processo de rompimento. O assentamento em estudo foi o protagonista do estado Paraná em implantar o Projeto de Desenvolvimento de Assentamento Sustentável (PDA, doravante). Entretanto, esse projeto não teve sucesso de estruturação da matriz agroecológica. Ademais, foi escopo da pesquisa entender quais foram os limites e as controvérsias no desenvolvimento desse projeto de assentamento. Para tanto, buscou-se problematizar a ruptura de um modelo de produção agroecológica, que estava em construção, e verificar quais foram os elementos chave que causaram o rompimento desse projeto de assentamento agroecológico.

Tal temática é de suma importância, pois possibilita-nos entender como essas

práticas são desenvolvidas no decorrer dos espaços de assentamentos e como são geridas pelos sujeitos que estão no cotidiano do desenvolvimento dessas novas concepções de agricultura. A construção desse novo paradigma de agricultura carrega consigo uma polissemia de sentido sobre o conceito de Agroecologia. A Agroecologia não pode ser aplicada como uma medida punitiva a esses sujeitos que estão na luta pelo pedaço de chão para sobreviver e alicerçar raízes para construção de sobrevivência de suas famílias. Desse modo, cabe ao pesquisador a oportunidade de decifrar esses enigmas que estão presentes nesses espaços de multiculturalidade e externalidades que compõem o universo a ser pesquisado.

Para atender o proposto, organizamos este texto da seguinte forma: inicialmente, discutimos as relações da Agroecologia com MST e os assentados e as suas dicotomias referentes ao projeto. Na sequência, apresentamos alguns dados do referido assentamento, sobretudo, os gerados por meio de entrevista, analisando-os à luz dos conceitos teóricos propostos.

2 | O DISCURSO TEÓRICO: O MST, A AGROECOLOGIA E AS SUAS BASES EPISTEMOLÓGICAS

A partir dos anos 2000, o MST revela, em seu quarto congresso, o discurso no qual adota a Agroecologia como principal modelo de produção nos assentamentos rurais. A aproximação com essa proposta conferiu ao movimento a necessidade de iniciar um processo de transição aos preceitos agroecológicos na produção agropecuária e no manejo ambiental junto aos assentamentos, bem como de orientar tal novo discurso à sua base social, junto com outros assuntos que ganharam destaque, como a violência no campo e o combate à política neoliberal do Estado (MST, 2010).

Em diversos cenários, a transição agroecológica tem avançado por meio de dois processos complementares: a ecologização e a ação coletiva. Segundo Barcellos (2010),

A primeira representa a mudança das práticas agrícolas mediante a substituição de recursos externos (insumos químicos e equipamentos), a adequação aos ciclos naturais do agroecossistema e a incorporação de tecnologias “verdes” para manejo da produção. O segundo processo está associada à adesão de produtores agrícolas à Agroecologia como projeto coletivo, visando estabelecer interesses sociais compartilhados e à mudança de valores em torno de uma alternativa de desenvolvimento sob um determinado contexto local. (BARCELLOS, 2010, p. 49, aspas no original).

Essa mudança no MST é representada pela notória constituição de projetos e de ações ambientais em assentamentos, tais como: preservação de encostas dos rios, utilização de biofertilizantes, plantio de lavouras em cultivo direto e uso de práticas terapêuticas em homeopatia e fitoterapia na produção agropecuária. O outro processo

está associado à adesão de produtores agrícolas à Agroecologia como projeto coletivo, visando a estabelecer interesses sociais compartilhados e à mudança de valores em torno de alternativas de desenvolvimento sob um determinado contexto local. Ações nesse sentido são sinalizadas pelo MST, a saber: criação de centros de estudo e escolas com enfoque político-pedagógico na temática da Agroecologia e constituição de agroindústrias com processamento de produtos agroecológicos nos assentamentos (BARCELLOS, 2010).

Na mesma direção, Morin (1998) assevera:

Um novo paradigma precisa constituir-se de um primeiro nicho, antes de poder fortalecer-se, tornar-se uma tendência reconhecida e, triunfar como ortodoxia intocável. Somente ao se consolidar como um sub-campo científico, é que a Agroecologia terá a legitimidade para disputar com os outros paradigmas, qual o mais apropriado para apoiar processos rumo a um desenvolvimento rural sustentável. (MORIN, 1998, p. 293).

A dimensão sociológica apresenta um caráter fundamental na elaboração de conhecimentos pela Agroecologia. Segundo Martins (2001), o papel exercido pela Sociologia Rural tem um pesado débito com as populações rurais de todo o mundo, haja vista que sempre esteve a serviço da difusão de inovações, já que tinha em seu âmago a percepção de que as populações rurais eram populações retardatárias em desenvolvimento econômico.

Martins (2001) ainda argumenta:

[...] As gerações vitimadas por uma sociologia a serviço da difusão de inovações, cuja prioridade era a própria inovação, ainda estão aí, legando aos filhos que chegam à idade adulta os efeitos de uma demolição cultural que nem sempre foi substituída por valores sociais incluídos, emancipadores e libertadores: ou legando aos filhos o débito social do desenraizamento e da migração para as cidades ou para as vilas pobres próximas das grandes fazendas de onde saíram, deslocados que foram para cenários de poucas oportunidades e de nenhuma qualidade de vida. (MARTINS, 2001, p. 31).

Nesse entendimento, a Sociologia Rural se reavalia e se abre para novas abordagens sobre o meio rural. Esse ensaio parte de perspectivas sociológicas, para debater as relações sociais presentes no rural, tanto as fomentadas por agriculturas submetidas a uma lógica industrial, quanto as que ainda mantêm ou buscam resgatar uma lógica camponesa centrada na autonomia (BORSATTO, 2011).

Para os camponeses assentados, a conquista da terra representa um avanço em seu processo de luta por autonomia, já que em um dado momento de suas trajetórias de vida tais famílias vivenciaram os problemas da exclusão social (a pobreza, a falta de emprego, a exclusão da terra e de trabalho). A luta pela terra é a luta construída pelos movimentos sociais, mas a reconstrução da unidade camponesa de produção, destruída pela dinâmica do capitalismo no campo, envolve lutar por uma sociedade mais justa. Esses camponeses lutam para voltar à terra de trabalho e ali construir

sua autonomia social, típica de seu modo de vida (GONÇALVES, 2008).

Entre os modelos de organização da produção, considerados como o “suprassumo” da redenção camponesa pelo MST, podemos citar, com base em Gonçalves (2008):

As cooperativas coletivas (CPAs - Cooperativas de Produção Agropecuária), estrutura baseada em coletivização total dos meios de produção, do processo de gestão e do trabalho; e as formas de cooperação agrícola diversificadas, onde o acesso à terra se faz com produtores assentados individuais, mas que se organizam em grupos de famílias, associações de produtores, cooperativas locais e cooperativas regionais. (GONÇALVES, 2008, p. 189).

Para além do modelo de cooperativização, conforme o autor supracitado,

[...] o MST assumiu a necessidade de incentivar modelos participativos mais focados nas experiências criadas em cada comunidade de assentados, para então introduzir as mudanças na base da produção agrícola pelo viés agroecológico. (GONÇALVES, 2008, p. 201).

No entanto, as iniciativas de cooperativização, implantadas pelo MST, resultaram em fracassos sociais e muitas delas significaram um “tiro no pé”, já que, ao invés de aglutinarem e de reforçarem os camponeses, desestabilizaram ainda mais a rarefeita união existente entre esses, favorecendo, conseqüentemente, o capital e as suas dinâmicas de dominação. Para Christoffoli (2012), outros fatores colaboram para desestabilizar os projetos de desenvolvimento dos assentamentos, pois

O associativismo, condição para sobrevivência dos camponeses na produção, não conseguiu alcançar níveis elevados de abrangência, e muitas iniciativas se viram inviabilizadas por dificuldades de acesso a capitais e tecnologias adequados, bem como por carências de gestão. O fato de a base social assentada sobreviver em unidades econômicas privadas, organizadas sob a lógica da produção camponesa artesanal, e como risco crônico de inviabilidade, conduz à manifestação de comportamentos ideológicos típicos de economia artesanal que dificultam a organização de unidades econômicas cooperativas de larga escala e com eficiência empresarial compatível com a demanda para sobreviver frente à competição da agricultura brasileira. (CHRISTOFFOLI, 2012, p. 172).

A cooperação agrícola não mostrou ser, efetivamente, a estratégia adotada pela maioria dos assentados, uma vez que, na base, as famílias assentadas têm procurado exercer sua sobrevivência de maneira individual, negando a sua inserção nos projetos de coletivização e de cooperação apresentadas pelo MST, situação-problema que Fabrini (2002) compreendeu como uma forma de resistência e de autonomia do campesinato aos projetos políticos de cooperativização que não são os seus, mas das lideranças do MST.

Dessa forma, os “mecanismos de controle social” adotados pelo movimento acabam nomeando como prioritários e ideais os projetos políticos das lideranças e como secundários e pouco importantes o projeto de vida das famílias; descompasso

que, como pontua Navarro, “aprofunda as frustrações do MST em seu modelo de gestão e de suas propostas organizativas e antidemocráticas, ideia que se reforça com o não acatamento, por parte das famílias, desses projetos colocados ‘de cima para baixo’” (NAVARRO, 2002, p. 276). Complementando suas ideias para desenvolver a Agroecologia no país, o próprio movimento se posiciona:

O Movimento compreendeu como necessário o Estado e as forças sociais e políticas do campo (movimentos sociais e sindicatos) trabalharem no sentido de desenvolver programas massivos de formação em agroecologia em todos os níveis, desde o ensino fundamental até a universidade, para atender a juventude do campo e os camponeses e camponesas de todas as regiões do país. [...] Apoiar a consolidação das escolas técnicas de formação em agroecologia, bem como a criação de novas escolas de nível médio e universitário, e o acesso a outros níveis de especialização nesta área do conhecimento, como agronomia, veterinária, biologia, engenharia florestal, etc. Estimular a produção, a distribuição e o controle das sementes e a diversidade genética vegetal e animal por parte dos próprios agricultores. (MST, 2006, p. 28).

O primeiro passo adotado pelo MST para discutir o desenvolvimento da agroecologia foi superar suas limitações e realizar estudos, debates e trocas de experiências com entidades que dominavam essa matriz produtiva. Em um segundo momento, passou a motivar a base e efetivar a criação de iniciativas concretas que lhe permitissem, futuramente, transformar os discursos políticos e teóricos apresentados nos documentos e teses, em fatos concretos, com o efetivo desenvolvimento da agroecologia nos assentamentos rurais.

Entre os desafios postos, entrou na pauta política a necessidade de uma “reviravolta” na lógica organizativa do próprio MST, que teve início com a extensão do “arco das alianças” políticas, visando “englobar” grupos diferenciados que atuavam no desenvolvimento da agroecologia, entre os quais: as ONGs, os pesquisadores de universidades, os movimentos sociais que operam nas escalas local/regional/nacional/internacional, enfim, diferentes grupos e sujeitos com os quais o MST deveria se relacionar para aprender, receber formação técnica e trocar experiências sobre as tecnologias alternativas de produção agrícolas já colocadas em prática por esses grupos e pessoas.

Tais iniciativas seriam complementadas com a reestruturação da organização entorno daquilo que ela tinha de mais importante - a base -, já que a escala local é a ideal para que os processos de mudanças e as inovações necessárias possam, efetivamente, ser construídos. Nesse caso, acampamentos e assentamentos rurais fariam a transição do sistema produtivo e, sob a ação direta dos camponeses assentados, a agroecologia se afirmaria como um modelo de agricultura comunitária, participativa e ecologicamente sustentável.

Dessa forma, a mudança na racionalidade social, ecológica e, sobretudo, técnica das famílias, ajudaria a superar a nova dinâmica do capitalismo no campo, baseado em relações de dominação ainda mais severas, como a presença das sementes

transgênicas e as articulações entre os capitais transnacionais agrocomerciais - químico-alimentares financeiros, que põem na “lona” os agricultores.

O MST assumiu o desafio de incentivar a consciência dos camponeses sobre os problemas agrários, debatendo sobre os elementos políticos e econômicos que forjam a exclusão e a exploração das riquezas produzidas por eles e quais são as alternativas possíveis de serem construídas para desterritorializar o capital agrocomercial e reverter o processo de drenagem da riqueza (sujeição da renda da terra pelo capital), e conseqüentemente, romper com o sistema metabólico do capital, garantindo autonomia e emancipação camponesa (GONÇALVES, 2008).

Diante disso, os contextos a serem exploradas situam-se em proposições de que a agroecologia apresenta fortes características discursivas e de deliberação política pelo MST como uma maneira de estimular e mobilizar outra forma de viabilização socioambiental e econômica nos assentamentos, considerando que o discurso da agroecologia se estabelece no MST a partir de sua inserção no movimento, incluindo uma rede maior de aliados políticos (as ONG, associações e órgãos internacionais) e acessar as políticas públicas governamentais com foco socioambiental (BARCELLOS, 2009).

Sob essa perspectiva, compreendemos que os assentamentos rurais são reconhecidos como espaços sociais privilegiados, tanto de produção discursiva em relação à agroecologia, quanto para o desenvolvimento das práticas agroecológicas, pois é um dos principais locais onde está localizada a base social do MST. Portanto, o assentamento em estudo decorre nessa direção, haja vista que participou ativamente nesse processo discursivo das práticas agroecológicas e incorporou um discurso/práticas na sua constituição das novas práticas agrícolas que seriam implantadas. Para melhor entendermos os desfechos desse processo, problematizaremos seção subsequente a realidade do Projeto de Assentamento Ander Rodolfo Henrique.

3 | A AMBIÇÃO SEMEADA A MINHA VOLTA: A REPRESENTAÇÃO ENTRE OS ASSENTADOS SOBRE A PRODUÇÃO CONVENCIONAL E A AGROECOLÓGICA

O anseio de se produzir e se obter lucros imediatos levou os assentados a criticar a produção com bases agroecológicas. A problemática dos espaços de assentamentos gira em torno da produção agropecuária, que gera renda e possibilita qualidade de vida ao homem do campo. As dificuldades encontradas no início levaram a um desencantamento das práticas agroecológicas. Desse modo, o Projeto de Assentamento (PA, de ora em diante) encontra-se “ilhado” nas práticas convencionais de agricultura.

A perspectiva de ser assentado e conquistar autonomia financeira não estava sendo alcançadas com as práticas agroecológicas. A vontade de se buscar aumento

na renda familiar e as reais condições nas quais se encontravam a estrutura e a realidade da fazenda ocupada não condiziam com os anseios das famílias. Isso pode ser observado em um excerto retirado da fala de um assentado, por meio de entrevista realizada com assentados do P. A Ander Rodolfo Henrique:

É a dificuldade, que era só capim né, na época pura capoeira, aqui mesmo puro colônia, era absurdo de ver, e daí agroecológico !? Outra nem queimar não podia, daí tú faz como, só na enxada, é, não sai do lugar, não adianta. (Assentado M.P).

As dificuldades encontradas no início do projeto e a falta de recursos financeiros para facilitar o desenvolvimento da matriz agroecológica desencadearam um olhar para produção convencional impulsionada pelo aparato do capital agroindustrial. Nesse sentido, Alves (2010) salienta que

Os processos de subjetivação (e dessubjetivação) ocorrem por meio de signos e imagens. Os conteúdos manipulatórios têm que assumir a forma de signos e imagens para instaurar os tráficos intrapsíquicos. Por isso, os valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado que constituem a inovações sociometabólicas e compõem o nexos psicofísico do homem produtivo do sistema de produção, assumem a forma de signos e imagens. Elas atuam como imagens de consumo e consumo de imagens e signos. Nesse caso, a imagem está ocupando o lugar de um discurso ideológico. (ALVES, 2010, p. 16).

Essa categoria forjou uma nova representação dos assentados para a mudarem o discurso sobre o projeto agroecológico, permeados por valores e princípios que não representavam até o momento. A representação do agronegócio, como elemento crucial de mudança e capacidade de produção, construiu espaço e ideais de agricultura que os assentados camponeses almejavam. A imagem e os signos de uma agricultura de alta produtividade com utilização de adubos sintéticos e fertilizantes químicos e sementes transgênicas assumiram a forma de ideal de vida do homem do campo. Nesse sentido, o modelo proposto pelo agronegócio alienava o agricultor camponês assentado, com seus maquinários e tecnologias.

Essa questão já era problematizada por Marx (1985), ao se referir ao século XIX:

Ao invés de coisa, o capital é uma relação social, relação e exploração dos operários (assentados) pelos capitalistas. As coisas, instalações, máquinas, matérias-primas etc. constituem a encarnação física do trabalho entre o proprietário dessas coisas e os operários (assentados) contratados para usá-las de maneira produtiva. [...]. Desvenda-se o caráter alienado de um mundo em que as coisas se movem como pessoas e as pessoas são dominadas pelas coisas que elas próprias criam. Durante processo de produção, mercadoria ainda é matéria que o produtor domina e transforma em objeto útil. Uma vez posta à venda no processo de circulação, a situação se inverte: o objeto domina o produtor (assentado). O criador perde o controle sobre sua criação e o destino dele passa a depender do movimento das coisas, que assumem poderes enigmáticos. Enquanto as coisas são animizadas e personificadas, o produtor (assentado) se coisifica. Os homens vivem, então, num mundo de mercadorias, um mundo de fetiches. Mas o fetiche da mercadoria se prolonga e amplifica no fetichismo do capital. O capital se encarna em coisa.

Instrumento de produção criados pelo homem. Contudo, no processo de produção capitalista, não é trabalhador (assentado) que usa os instrumentos de produção. Ao contrário: os instrumentos de produção, convertidos em capital pela relação social da propriedade, é que usam o trabalhador (assentado). (MARX, 1985, p. 37-38).

De fato, a ambição que os camponeses-assentados tinham ou têm sobre a produção convencional de agricultura está gerida sob uma relação de alienação da realidade. A Agroecologia com todo seu potencial emancipador das relações de exploração não estava ou não representou o ideal que os camponeses-agricultores assentados almejavam no momento. Entra em jogo, então, a representação do agronegócio para soluções dos problemas vivenciados com o projeto agroecológico. Os camponeses-agricultores assentados, de fato, são mercadorias de uso para o sistema agroindustrial, bem como as mercadorias, que no caso são as sementes transgênicas e seus “defensivos”, os venenos, adubos sintéticos, tratores, colheitadeiras de última geração e outras substâncias. Nessa lógica, as mercadorias é quem usam a força do trabalho dos assentados como mercadoria para recriar outras mercadorias para os complexos agroindustriais, representado pelo capital, que é algo externo à sua realidade. Segundo Alves (2010),

Enfim, o processo de “*captura*” da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismos de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração pelo “olhar”, mas nas instâncias sócio-reprodutivas, com a pletera de valores-fetiches e emulação pelo medo que mobiliza as instâncias da préconsciência/ inconsciência do psiquismo humano. (ALVES, 2007 apud ALVES, 2010, p. 13).

A coerção do capital pela inconsciência do psíquico humano levou os assentados do P. A. Ander Rodolfo Henrique a enterrarem-se em uma relação de controle pelas empresas cooperativas do agronegócio, como fica expresso no discurso do assentado abaixo:

Por exemplo assim, começando pelo gado, a situação assim, pra você “mantê” um gado livre de carrapato de berne, é muito difíce, porque você não tem conhecimento pra gente fase, por exemplo assim, pra banhá o gado. E nosso povo não tem essas qualidade, nossa região não é muito disso... e daí a questã da limpa do pasto, não tinha mais como mantê vaca aí. Então foi o que “desmotivô”. A “lavora” é outra coisa, ninguém conseguiu controla os “bichinho”, “mio” os bicho comia tudo. Eu acho assim, que pra própria saúde, bem estar da família da gente e tudo que abrange ao redor da gente né “cara”, e até pra... como se diz... pro equilíbrio do meio ambiente. (Assentado R. J).

O fato é que se eles constituem em meros instrumentos de controle geridos por seus organismos detentores dos meios de produção. Ao abandonarem a produção agroecológica no assentamento, perderam a relação de espaço e de tempo e são submetidos a uma lógica de valores-fetichizados do mercado globalizado. Como

afirma Alves (2010),

É importante destacar que, ao dizermos “captura” da subjetividade, colocamos “*captura*” entre aspas para salientar o caráter problemático (e virtual) da operação de “captura”, ou seja, a captura *não* ocorre, *de fato*, como o termo poderia supor. Estamos lidando com uma operação de produção de consentimento ou unidade orgânica entre pensamento e ação que *não* se desenvolve de modo perene, sem resistências e lutas cotidianas. (ALVES, 2010, p.13, destaques do autor).

De acordo Alves (2010), o sociometabolismo do capital ocorre por meio do tráfico de valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado. Nesse sentido, os camponeses assentados romperam com a produção de bases agroecológicas e adentraram com todo vigor para produção convencional. O mercado, na representação das mercadorias produtivas do agronegócio, capturou a subjetividade desses sujeitos e obteve o consentimento dos agricultores camponeses na adesão ao modo convencional de produção mais “lucrativa” e, acima de tudo, com pouca utilização da força do trabalho. Os relatos abaixo comprovam essa tendência:

As vezes mesmo, tu pegava a inchada, ia ali o dia inteiro carpi um pedaço de mandioca, quando chegava de noite tu nem dormia de tanta exaustão do corpo, eu acabado, aquela vez eu pesava sessenta quilo, ia de dia até a noite, eu não vencia cara, tinha aquela exaustão no corpo, por mais que tu trabalhava não vencia. (Assentado Q.R).

Na verdade hoje se você quizer produzi agroecológico você produz, a única coisa... a gente não tem muita vontade de “trabaiá”. Agroecológico exige mais tempo teu e daí a gente “garrô” outros meio mais “face” (assentado S.I).

Esses elementos condicionaram imagens negativas da agroecologia para esses assentados, como, por exemplo, o sacrifício de trabalhar de sol a sol, somente com uso de força braçal. Isso tudo impulsionou os agricultores camponeses assentados a rejeitar o modelo proposto pelo MST de assentamento agroecológico. As imagens de uma agricultura lucrativa e menos dolorosa capturaram o anseio desses sujeitos ao longo dos anos. O fetiche do agronegócio na interiorização desses mecanismos aumentou a angústia dos agricultores assentados a incorporar o discurso de agricultura convencional.

O que ocorre nessa relação são as imagens do capital nas lentes dos agricultores condicionados ao obscurecimento da realidade. Essa forma de entender e de realizar a produção agrícola, quando não inviabiliza a pequena produção camponesa, causando a concentração de terras, a torna totalmente submissa a esse sistema, seja por meio do endividamento ou por depender de cadeias de produção e comercialização próprias a que devem estar atreladas (SAUER, 2010). Essas são as bases de controle e de manipulação da cadeia produtiva do assentamento com a total dependência das cooperativas agroindustriais, manipulando e forjando novos valores e vivências com a

chamada “agricultura moderna”.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece-nos que as opções dos assentados são mais impulsionadas pela necessidade do que por convicção no que se refere a agroecologia. Trata-se de retomar a agricultura tradicional? Ou o interesse é se voltar para um nicho de mercado? Isso distancia a proposta de reforma agrária do início do movimento “produzir alimentos saudáveis e baratos para a classe trabalhadora”, não se viabiliza na realidade, por vários motivos; entres eles, a maneira que o MST conduz a sua base, pois, conforme dados da pesquisa (SOUZA, 2017), a consolidação de espaços livres de agrotóxicos, não se faz com obrigações calcadas em interesses ou pressões psicológicas aos assentados, há necessidade da reestruturação do modo de produção agrícola para reconstruir uma nova base de agricultura.

No entanto, o anseio de se produzir e de se obter lucros imediatos levou os assentados a criticar a produção com bases agroecológicas. A problemática dos espaços de assentamentos gira em torno da produção agropecuária, que gera renda e possibilita qualidade de vida ao homem do campo. As dificuldades encontradas no início levaram a um desencantamento das práticas agroecológicas, possibilitando a entrada dos complexos agroindustriais nas unidades de produção familiar e condicionando uma nova realidade.

Podemos afirmar que as expectativas foram frustradas por diversos fatores condicionados ao projeto agroecológico. O condicionamento das famílias agricultoras assentadas, sobre as novas regras que se alicerçaram no decorrer dos anos para edificar o projeto de agroecologia, transcorreram nos princípios obscuros do MST. Trabalharam a Agroecologia na “marra”, para forjar um ideal de agricultura, que, para os olhares dos propositores, era certeza que agroecologia estava acontecendo de fato nos espaços que antes era gerido pelo latifúndio. Entretanto, a pesquisa (SOUZA, 2017) nos mostrou outra realidade que foi que se alicerçou. A cortina que cobria a realidade das famílias percorreu por muitos anos uma relação de obediência e medo dos assentados, sobre os castigos que seriam aplicados para quem infringissem as regras pré-estabelecidas no termo de compromisso. Nessa correlação de força, o modelo de agricultura com bases agroecológicas se desestruturou no passar dos anos, ocorrendo a ruptura do projeto e a volta do pacote convencional de agricultura.

Sendo assim, o cotidiano dos assentados, nas respectivas vivências da Agroecologia, se sucedeu numa relação traumática com a demanda exigida. O MST protagonizava um assentamento no estado Paraná com cem por cento agroecológico, mas que, de fato, as famílias estavam exaustas com essas práticas.

Além dessas práticas equivocadas feitas pelo MST na implantação da matriz tecnológica em agroecologia, outros fatores colaboram para o rompimento do projeto.

Dentre eles, acesso aos recursos financeiros, isso porque um projeto de desenvolvimento sustentável se faz com apoio de recursos financeiros, principalmente garantias de viabilidades das políticas públicas adequadas para demanda que se estava emergindo no assentamento. As famílias não tiveram acesso às linhas de créditos específicos para fomentar a agroecologia. As linhas de PRONAFs que seriam utilizadas para sustentar o desenvolvimento do projeto de assentamento de agroecologia, não foram suficientes e eficazes para demanda que se construía naquele período. Isso também desencadeou um elo negativo para se produzir de forma agroecológica, pois sem recursos a inviabilidade aumentou e tornou-se chave para o rompimento do PDA.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório**

- O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. 2010. Disponível em: http://www.giovannialves.org/artigo_giovanni%20alves_2010.pdf. Acesso em 20/04/2016.

BARCELLOS, S. B. **A Formação do Discurso da Agroecologia no MST**. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/DDAS), Rio de Janeiro: 2010.

BORSATTO, R. S. **A agroecologia e sua apropriação pelo movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) e assentados da reforma agrária**. Campinas, SP: 2011.

CHRISTOFFOLI, P. A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: Desafios e Potencialidades. In: BENINI, E. et al. (Orgs.). **Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e Políticas Públicas de Economia Solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, v. 2. p. 121-152.

FABRINI, J. E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista (UNESP): Presidente Prudente, SP, 2002.

GONÇALVES, S. **Resistência e emancipação: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP: Presidente Prudente, SP, 2008.

MARTINS, S. R. **Agricultura, ambiente e sustentabilidade**. Seus limites para a América Latina. Curitiba: Emater, 2001.

MARX, K. **O Capital**. Vol. 2. 3.ed. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

MORIN, E. **O método**. Porto Alegre: Sulina, 1998.

MST. Via Campesina. In: OLIVEIRA, A. U; STEDILE, J. P. **A natureza do agronegócio no Brasil**. Brasília- DF: Via-Campesina, 2006.

NAVARRO, Z. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A reforma agrária e as lutas do MST**. Petrópolis, Vozes, 2002.

SAUER, S. **Terra e Modernidade: a reinvenção do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, A. L. de. **Experiências agroecológicas na agricultura familiar em assentamentos de reforma agrária do MST**: entre o ideal e o concreto - estudo de caso do Assentamento Ander Rodolfo Henrique - Diamante d' Oeste Paraná. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Sociais. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste: Toledo, PR, 2017.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-050-6

